

A. I. N ° - 206954.0009/07-3
AUTUADO - ENIDE DIAS RAMOS
AUTUANTE - IONE ALVES MOITINHO
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 12.12.2007

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0342-02/07

EMENTA: ICMS. 1. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Refeitos os cálculos com redução do valor inicialmente apurado. 2. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS-DME. OMISSÕES DE OPERAÇÕES DE ENTRADAS. MULTA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 17/09/2007, exige ICMS e aplica multa no valor histórico de R\$12.706,44, em decorrência:

1- Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de entradas de mercadorias não registradas, como imposto devido no valor de R\$1.619,64.

2- Multa no valor de R\$11.086,80, por ter omitido entrada de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DME – Declaração de Movimento Econômico de Microempresas de Pequeno Porte.

O autuado apresentou defesa, fls. 47/43, Em relação a infração 01 alegou que o autuante se equivocou, ao aplicar a alíquota de 17% sobre a base de cálculo, pois a empresa só trabalha com um produto que é farelo de trigo, produto com tributação antecipada.

Em relação a infração 02, diz que reconhece que deixou de enviar as notas fiscais para a contabilidade, por falta de conhecimento de algumas e por inexperiência, uma vez que as mercadorias são isentas de ICMS.

Ao finalizar, requer a improcedência nulidade da autuação.

Na informação fiscal, fls. 46/47, o auditor autuante em relação à infração 01 ressalta que a mercadoria (milho) é tributada e as notas fiscais não foram lançadas no livro Caixa, o que autoriza a cobrança do imposto por presunção de omissão de receita.

No tocante a infração 02, aduz que por tratar-se de farelo de trigo, mercadoria com tributação antecipação, razão pela qual foi aplicada multa por omissão de informações na DME, amparada pelo § 2º do artigo 335 do RICMS/97, e por força do artigo 42, XII-A da Lei 7.014/96, foi aplicada a multa de 5% sobre o valor das entradas não declaradas.

Ao final, opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência de 02 (duas) irregularidades.

Na infração 01, é imputada ao autuado a omissão de saída de mercadorias tributáveis apuradas através de entradas de mercadorias não registradas.

Analisando os elementos que instruem o PAF, constata-se que o auditor efetuou o lançamento com base nas vias das notas fiscais identificadas do sistema SINTEGRA, mediante circularização junto aos fornecedores, lançadas na Planilha de cálculo da omissão de receitas, folhas 08.

O argumento defensivo, de que o produto constante das notas fiscais é um produto isento ou não tributado, não é capaz de elidir a acusação, uma vez que, desta situação, determina o art. 2º, inciso § 3º, III, do RICMS/97, ao tratar do momento da ocorrência do fato gerador, que presume-se a ocorrências de operações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar entradas de mercadorias ou bens não registrados.

Logo, entendo que o procedimento do auditor autuante ocorreu em conformidade com a legislação vigente, pois ficou comprovado que no período da autuação diversas notas não foram registradas.

Na infração 02, é imputada ao autuado ter omitido entrada de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DME – Declaração de Movimento Econômico de Microempresas de Pequeno Porte.

O autuado em sua peça defensiva reconhece que deixou de enviar as notas fiscais para contabilidade, fato que comprova o acerto da autuação, uma vez que, independente da operação ser tributada ou não, todas as aquisições devem ser incluídas na DME.

Ressalto, outrossim, que o autuante incorreu em equívoco, ao indicar na infração em tela o dispositivo da multa aplicada como sendo o inciso III, quando o correto é o XII-A, no mesmo art. 42, e mesma da Lei nº 7014/96, pelo que fica retificado o inciso indicado, não havendo nenhuma alteração de valor, uma vez que a multa foi corretamente calculada no percentual de 5%.

Assim, entendo que a infração em tela restou caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206954.0009/07-3**, lavrado contra **ENIDE DIAS RAMOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.619,64**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$11.086,80**, prevista no art. 42, XII-A, da citada lei, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de novembro de 20073.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR